

humanitas

**Vol. LXV
2013**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

tradição mitológica – essenciais para qualquer estudo no âmbito da política grega – sejam outros materiais, como os vestígios arqueológicos, traduzindo uma maturidade analítica a que, aliás, Delfim Leão já nos habituou há muito.

Seria talvez pertinente a inclusão de alguns parágrafos em que se discutisse conceitos como «imperialismo» (e.g. p. 19) ou «conflito de classes» (e.g. p. 18), uma que vez que estas são ideias essencialmente oitocentistas, aplicadas posteriormente pelos historiadores às várias realidades epocais e por isso mesmo passíveis de problematização e discussão. Dado o amplo leque de sentidos e de ideologias que os têm utilizado, há sempre algum risco de inadequação conceptual que pode residir, sobretudo, no espírito dos vários leitores. É um facto que estes são daqueles conceitos que se tornaram ferramentas operacionais que, contudo, variam com os autores que os utilizam e com os leitores que com eles deparam. Mas, precisamente por isso, talvez fosse útil alguma discussão epistemológica nesse âmbito e o A. é um dos investigadores competentes para o fazer.

Não obstante, este conjunto de trabalhos de Delfim Leão é de elevadíssima qualidade científica e quase poderia fazer par com o igualmente importante estudo de R. Hingley, *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire* (Routledge, 2005).

Do livro fazem ainda parte úteis índices remissivos e uma bibliografia actualizada sobre o tema.

NUNO S. RODRIGUES

Lopes, Maria José, Pinto, Ana Paula, Melo, António, Gonçalves, Armanda, Silva, João Amadeu, Gonçalves, Miguel (orgs.), *Narrativas do poder feminino*, Publicações da Faculdade de Filosofia – Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2012, ISBN: 978-972-697-205-1

No âmbito do projeto “Matrizes Clássicas – da Antiguidade à Modernidade”, que visa promover uma reflexão sobre a presença, na cultura ocidental, de figuras, valores e perspetivas greco-latinos, organizou a linha de investigação em Estudos Literários e Culturais do Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, em Braga, um colóquio internacional subordinado ao tema “Narrativas do poder feminino”, que decorreu em 26 e 27 de abril de

2012 na referida Faculdade e cujas comunicações se publicaram no mesmo ano, nas atas que agora constituem o objeto desta recensão.

Na nota prévia, esclarecem os Coordenadores que à organização da obra presidiu o propósito de “respeitar o princípio da convergência temática, apesar das dificuldades em enquadrar textos oriundos de áreas tão díspares como as Literaturas, a Arte, a Psicologia ou a História.” Deste modo justificam a estruturação da obra em três grandes secções: “O poder feminino”, que agrupa as comunicações mais longas dos investigadores convidados; as “Narrativas literárias”, que se subdividem em “Época Clássica Grega”, “Época Clássica Latina”, “Época Medieval e Renascentista” e “Época Moderna e Contemporânea”; e as “Outras narrativas”.

Na primeira parte, encontram-se as seguintes comunicações: M. G. Besse, “O poder feminino segundo José Saramago. *As Intermittências da Morte* entre Cronos, Eros e Tânatos”; H. De Carlos, “As metamorfoses de Dido: do poder à impotência, da Antiguidade à Idade Média”; V. S. Pereira, “Para o bem de Roma: Creúsa e Lavínia na *Eneida*”; M. F. Silva, “O futuro de Atenas em mãos femininas. Eurípides, *Íon*”.

A primeira secção da segunda parte contém as seguintes reflexões: O. L. de Araújo, “Maneiras dramáticas de narrar uma história: *Fenícias, Ifigênia na terra dos Tauros e Helena* de Eurípides”; J. Deserto, “Andrómaca: uma outra forma de poder”; P. C. Ferreira, “Um só Poeta. Duas Helenas”; M. C. O. Guimarães, “Antígona de Sófocles: uma leitura sob a visão em paralaxe”; J. D. R. P. G. Loureiro, “A solidão egoísta de Antígona, ou a acção parcial. Problemas teológicos e políticos na *Antígona* de Sófocles”; H. Parmar, “Narrativas do poder feminino. O caso da Índia no pensamento clássico”; M. I. Pereira, “A transversalidade entre Eurípides e Medeia: ocupantes e fazedores de mito”; A. P. Pinto, “Safo, uma voz singular”; A. M. C. Pompeu, “Aristófanes e a potência feminina em *Lisístrata*”; M. L. O. Resende, “Tecmessa: quando a voz da prudência tem como atributo o silêncio”.

No âmbito das narrativas femininas na Literatura Latina, foram apresentadas as seguintes comunicações: G. Ciafardone, “A figura de Sássia no discurso *Pro Cluentio*”; A. M. Cordeiro, “O *Truculento* de Plauto e a construção das narrativas do feminino na Antiguidade Clássica Romana”; R. Duarte, “O xadrez do poder nas cortes de Nero e Herodes-o-Grande: as figuras de Octávia e Mariame I”; M. Garcia SJ, “O poder de Psique. Apontamento sobre o conto de “Amor e Psique” no contexto do *Burro de ouro* de Apuleio”; J. M. T. Gonçalves, “*De Brunichilde regina*: representação do poder feminino em Venâncio Fortunato”; F. Limão, “Viajar no feminino:

as imagens das palavras – Peregrinação de Egéria à Terra Santa, no século IV”; J. H. R. Manso, “As mulheres da *Eneida*: desafios inglórios à hegemonia do homem”; M. C. Pimentel, “*Mala cupidine uisendi situm castrorum* (Tac., *Hist.* 1.48). Quando as mulheres se imiscuem no mundo restrito dos homens”; A. Ruiz Castellanos, “Lívia: Los años no novelados”; A. A. A. Sousa, “A relevância política da mulher na História de Roma durante a monarquia”; A. Río Torres-Murciano, “Mujeres horrendas. El rostro del poder feminino en las *Argonáuticas* de Valerio Flaco”.

Sobre as narrativas do poder feminino na época medieval e renascentista, foram produzidas as seguintes reflexões: P. Álvarez-Cifuentes, “Personagens femininas da *Crónica do Imperador Beliadro*: um catálogo de ilustres mulheres”; M. J. F. Lopes, “Verdade e exemplaridade nas narrativas do feminil linaje das *Coplas del Contempto del Mundo* do Condestável D. Pedro de Portugal”; A. M. M. Melo, “A presença das amazonas na *Poética* de Escalígero”; M. M. L. Miranda, “Personagens femininas no teatro jesuítico: a fúria de Jezabel”; C. M. Urbano, “O poder de Isabel, Rainha e Santa, num discurso latino do *Viridarium* do Padre Francisco Mendoça SJ (1632)”.

De narrativas do poder feminino na época moderna e contemporânea trataram M. T. Amado Rodríguez, “*Ifixenia non quiere morir* de Rodríguez Pampín: A vitória do poder feminino”; A. Araújo, “Do cânone autobiográfico à escrita biográfica feminina: uma leitura de *O Retorno*”; R. B. de Araújo, “O mito de Medeia na tragédia popular brasileira”; J. P. Braga, “Teresinha de Ginjeira: uma Pasífae à moda de Camilo”; M. P. García Negro, “O conceito de *auctoritas* reformulado na obra de Rosalía de Castro: autor, autoria, autoridade”; T. Manojlović, “O poder do saber: *A última lição de Hipátia* de Armando Nascimento Rosa”; A. Medeiros, “Imagens míticas da Antiguidade Clássica para Leonor Teles”; M. C. P. e S. C. Mendes, “Cantos temíveis: as Sereias na Antiguidade clássica e na cultura contemporânea”; R. Nobre, “Cleópatra: poder e amor no romantismo português”; A. de V. Nogueira, “O amor dura até ao momento em que se perde: Glückel von Hameln, *Memórias* e evocação do poder, no feminino”; S. M. M. E. Pinho, “O mar no espelho: quando Narciso vira Medusa em *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, de Teolinda Gersão”; A. Ribeiro, “Itinerários femininos no Portugal colonial segundo *A árvore das palavras*”; M. H. Santana, “E se a mulher tomasse o poder? Um romance faceto do século XIX”; M. C. B. Sequeira, “Ana Hatherly – a força da inovação / o poder da memória (reinterpretação da figura de Mnemosine)”; H. G. da Silva, “Cassandra de Christa Wolf e a “queda” do Muro de Berlim”; O. C. da Silva, “A heroicidade feminina no

quotidiano pós-moderno: personagens da literatura portuguesa”; A. V. Simões, “Representações do Holocausto: o mito de Antígona revisitado por Grete Weil”; C. C. Vieira, “A Dama e o tabuleiro do xadrez político n’*A Esmeralda Partida*, de Fernando Campos”. As reflexões sobre outras narrativas do poder feminino foram feitas pelos seguintes investigadores, nas respetivas comunicações: S. M. Alves-Jesus, “Asenet, esposa de José do Egipto: modelo apócrifo de poder no feminino?”; R. M. Bustamante, “A domina do mosaico do *dominus Iulius*: construção do feminino numa narrativa imagética afro-romana tardia”; A. Carneiro, “Mulheres na Lusitânia romana: vestígios de uma presença discreta”; B. S. Coelho e L. G. S. Coelho, “Homens ausentes, mulheres presentes! A migração internacional ampliando o poder feminino”; E. Duarte, “D. Maria I entre rainhas e o rei Salomão”; L. Gama, “As rainhas da restauração: a construção do poder feminino no Portugal brigantino (1640-1683)”; A. Gonçalves, “Generatividade: reflexões em torno do género feminino”; L. Magalhães, “Papéis femininos em narrativas televisivas: poder e significado”; F. Maio, “Ordem sobre o caos: a supressão dos arquétipos femininos nas organizações modernas”; P. V. Peixoto, “Identidades, relações de género e construções discursivas: as representações das mulheres celtas nos textos gregos e latinos”; A. A. Quintas, “O feminino na sombra ou a sombra do feminino, sinais de poder”; M. Wolfram, “A mulher cristã na Antiguidade Tardia entre fontes documentais e epigrafia”; J. Zaragoza Gras, “The construction of the female gender in mythology and medicine”.

Além de se justificar pela dimensão das comunicações apresentadas, constitui a primeira parte um belíssimo cartão de visita do volume em geral e, em particular, das quatro secções da segunda. Embora, como se viu, justifiquem os coordenadores, com a observação do critério da “convergência temática”, a estrutura geral do volume, não deixa de ser evidente a importância da periodização literária e cultural na organização da obra. Ora se se tivesse adotado o mesmo critério na estruturação interna da primeira e terceira partes e de cada uma das quatro secções da segunda, a sequência em que as comunicações da primeira parte, p. ex., apareceriam, seria exatamente inversa àquela em que efetivamente se dispõem. É que a comunicação de M. F. Silva não só incide sobre a mais antiga das obras literárias tratadas nesta parte, como, ao considerar brilhantemente a transmissão do poder por via feminina (Atena e Creúsa), as circunstâncias do nascimento de Erictónio e as limitações a que a democracia ateniense, em 450 a.C., sujeitou o conceito de “autoctonia” – traduzidas na agregação da ideia de nascimento a partir das entranhas do mesmo pedaço de terra e de pai e mãe atenienses –, pode

sugerir ao leitor um contraste entre esta orientação de meados do século quinto e uma segmentação do espaço vazio realizada pela Terra hesiódica, p. ex., com as suas partes (Tártaro, montanhas e mar), e por seu filho Úrano que, pela ocupação de todo o orbe então conhecido, refletira uma universalidade que haveria de se ver ameaçada pelas referidas deliberações políticas e, na peça, acaba salvaguardada por Apolo.

Além de considerar as responsabilidades de Creúsa e a sua preocupação em gerar um herdeiro legítimo do trono de Atenas, realça a reflexão de Silva, em contraste com a boçalidade de Xuto, a sensatez e a nobreza da esposa deste. Por aqui se poderia, com efeito, ligar a comunicação de Silva à de V. S. Pereira, que cabalmente demonstra – depois de fazer o ponto de situação da questão virgiliana, isto é, depois de contrapor à escola europeia, que vê em Eneias o herói da *pietas* e da missão romana, a americana, para quem não passa de “uma espécie de anti-herói, que se lamenta e chora perante cada dificuldade” – que, ao contrário de Creúsa, não revela Lavínia amor por Eneias, mas ambas, pela abnegação com que se sacrificam por algo que lhes é superior, representam o ideal romano de esposa.

A ligação entre Troia e Roma foi tema assaz fértil na literatura latina (cf., p. ex., afinidades entre *Troiae halosis*, a restante ação do *Satyricon* petroniano e a realidade romana da época em que foi escrito), mas o que do trabalho de Pereira mais importa é o esforço de configuração da figura da esposa ideal, que, do exposto e segundo os olhos de um autor latino do período augustano, Virgílio, não divergiria substancialmente da cultura troiana para a romana. Das atribuições da esposa troiana perfeita ainda faziam parte, como nota Deserto a partir do tratamento que Homero e Eurípides deram a Andrómaca, a fidelidade ao marido (em contraste com a Helena de dois maridos), a imunidade a palavras habilidosas das mulheres de fora, a permanência no *oikos* (ao contrário da Helena que, nas muralhas de Troia, apresenta a Príamo o exército invasor), tecer e coordenar as tarefas das serviçais, a capacidade de observação e a atenção dada a pequenos pormenores – de modo a proporcionar ao marido condições para retemperar as forças –, cuidar do filho, o sofrimento perante a perda da família, e a capacidade de alimentar do próprio peito os bastardos nascidos das uniões de Heitor com suas amantes. Como Andrómaca da peça homônima eurípidiana, é Tecmessa do *Ájax* de Sófocles uma escrava que, sem o estatuto de esposa legítima e, por conseguinte, com ainda mais limitada margem de ação do que a que semelhante condição lhe poderia conferir, se afirma apenas por uma parte intelectual e uma lucidez que, no dizer de Resende,

se traduzem numa capacidade, que o coro não revela, de compreender os acontecimentos, de conhecer, por experiência própria, a instabilidade do poder e a fragilidade da condição humana, de viver sem riqueza, estatuto e liberdade, de, em contraste com Ájax, ser flexível e se adaptar às circunstâncias, de pautar a sua atuação pela obediência ao ser masculino, de corresponder às expectativas que seu senhor manifesta relativamente ao comportamento de uma mulher grega, de ser firme e autoconfiante, de se revelar consciente da importância da sua sabedoria e do seu bom conselho, e de ser, quando convém, discreta e silenciosa.

Na esteira do esforço dos referidos investigadores, haverá ainda Manso de recordar os exemplos de Penélope (*Od.* 24.192-202) e da mãe de Nausícaa (*Od.* 6.51-53 e 7.108-111). Mas, embora se possa encontrar denominadores comuns ao modo como Gregos e Romanos encaravam a mulher ideal – e eventualmente, com imparcialidade, projetariam semelhante imagem em figuras femininas de outros povos e culturas –, ou então afinidades entre as perspetivas dos referidos povos e as de outros do seu tempo ou anteriores relativamente ao tema em apreço, a verdade é que as semelhanças se estendem a aspetos negativos do comportamento feminino: se, conforme observa Silva (75) – e, acrescentamos, seguramente em aparente paralelo com Fedra, na sua relação com Hipólito, ou com Hera, na que mantém com Hércules –, chega Creúsa à violência extrema “de se assumir como uma madrasta raivosa que não hesita em eliminar o bastardo (1269-1274),” que dizer de uma Medeia que, na versão ovidiana, p. ex., se assume como tal antes de matar os filhos (*Ep.* 12.187-188, cf. 6.125-127)? O envolvimento de Sássia com seu genro e as maquinacões no sentido de ver seu filho, Cluêncio, condenado pela morte de Opiânico, seu terceiro marido e padrasto do jovem, constituem, para Cícero, em *Pro Cluentio*, a prova acabada de que a mãe de Cluêncio não age como tal, mas como *nouerca* (*Clu.* 199). Embora não considere este tópico, que, como se vê, teve grande fortuna na tradição poética e retórica (cf. Séneca Retórico, *Con.* 9.6; Quint., *Inst.* 2.10.5), não deixa Ciafardone de, com perspicácia, adivinhar a presença, no retrato que o advogado traça da personagem, de “muitos tópicos da literatura misógina” (196). E mais não podia fazer, pois grande é a escassez de informação sobre a referida personagem. Comum a Aristófanes, p. ex., é ainda muita da invetiva presente em Juvenal 6.

Além de notar afinidades entre o modo como eram tratadas, na literatura greco-latina, as mulheres orientais e ocidentais, não deixam alguns investigadores de referir as diferenças: antes de concluir que “algumas

das composições mais ardentes, como o fr. 31 LP, parecem claramente revelar na escolha lexical uma manifestação afetiva de uma mulher em relação a outras” (167) – coisa que, segundo Juvenal 6, se não verificava em Roma –, admitira A. P. Pinto, a propósito de Safo, que, em Lesbos, e sobretudo em Mitilene, «a condição da mulher deveria ser muito diferente da da maior parte das cidades gregas na Antiguidade.» Ainda segundo a autora, “é provável que a mulher animasse ali a vida da cidade com o seu encanto, a sua beleza, os seus trajes e o seu espírito cultivado (ao menos na música e na poesia), e que o casamento a fizesse entrar em pé de igualdade com homens, rivalizando com eles no domínio das artes, como podemos, aliás, deduzir pelo exemplo homérico de Andrômaca” (157). O contraste com Semprônia – que, como refere Suetônio, dançava de forma mais elegante do que convinha a uma mulher honesta – é evidente. Além disso, é Andrômaca da peça euripídiana homônima acusada de recurso a violência e a magia – que, acrescentamos, também caracterizam o comportamento de Medeia –, de vida voluptuosa, de exuberância e de moleza; parece encarar o casamento numa perspectiva utilitária e constitui uma ameaça à monogamia do *oikos*. É, curiosamente, como escrava e mulher preocupada com filhos ilegítimos, que Andrômaca, na peça homônima, constitui uma ameaça para o poder tradicional da mulher no espaço doméstico.

Mas quem deteta as mais radicais diferenças entre o modo como os autores gregos e latinos encaravam, por um lado, a mulher ocidental e, por outro, a oriental em geral e, em particular, a indiana, é Parmar que cita Estrabão 15.1.54, onde se diz que os Indianos compravam, pelo preço de juntas de bois, muitas mulheres com quem casavam por obediência ou por prazer e para terem filhos, e que, se os maridos as não obrigassem a ser fiéis, se poderiam prostituir. De acordo com o mesmo Estrabão 15.1.62, apaixonavam-se muitas por jovens e, para com eles se unirem, acabavam por envenenar os maridos. A guarda pessoal do rei era, como informa Estrabão em 15.1.55, composta por mulheres adquiridas aos respetivos pais, e cada uma tentava matar o soberano para se casar com o sucessor e garantir ao seu descendente o acesso ao trono.

Para pôr termo à prática de assassinar os maridos, informa o geógrafo, no segundo dos passos indicados, que passaram as mulheres a ser queimadas com os cônjuges mortos; e, em 15.1.62, que as que se não submetiam à referida cremação não eram tidas em grande estima. Talvez a imolação pelo fogo destas mulheres indianas nos possa ajudar a compreender a de Dido, que,

ao cometer suicídio com a espada de Eneias, sugere a De Carlos aquela que os estoicos consideravam a maior das qualidades viris: um completo domínio da vida e do corpo. Embora a investigadora considere a vingança, uma característica feminina (Medeia e Danaides), convém não esquecer que, de Clitemnestra, diz Ésquilo que é “de másculos desígnios” (11, trad. Pulquério).

Antes disso, alegara De Carlos que Elisa significa ‘a deusa, a mulher-deus’ e Dido, ‘a que vagueia, a peregrina’ (cf. Ulisses); e que, como Ulisses, recorrera a heroína a estratégias – neste caso, p. ex. o de retalhar a pele da vaca em tiras, de modo a abranger um território maior e fundar uma cidade maior –, para mostrar que a tragédia de Dido decorre de um falhanço na mudança de estatuto, isto é, do facto de se comportar como *uirago*. Se, no entanto, se comparar a história da fundação da cidade de Byrsa (depois Cartago) com a da cidade de Tebas por Cadmo – ordenada pelo oráculo de Delfos onde a vaca de Pélagon caísse extenuada – o que apraz perguntar é se a capacidade de urdir estratégias é mais característica do género feminino ou do masculino, isto é, se não será antes Ulisses quem revela traços femininos.

Embora o volume careça de uma introdução mais desenvolvida, que enquadre devidamente as reflexões sobre as narrativas do poder feminino em diversas épocas e, ao cabo, formule as perguntas a que tenta dar resposta, e de uma conclusão que estabeleça pontes entre as diversas comunicações e, de um lado, a conclusões e, do outro, autores, obras e personagens que, apesar de não consideradas no volume, são incontornáveis quando se pensa no tema; apesar de a ligação de algumas reflexões ao tema geral da obra ser tão ténue quanto o poder que os respetivos investigadores detetam nas personagens femininas estudadas (cf., p. ex., a comunicação de L. de Araújo), a verdade é que, além de comparar os diversos tratamentos que um mesmo autor dá a determinada personagem (cf., p. ex., a comunicação P. C. Ferreira), põe a obra em confronto pontos de vista opostos relativamente às mesmas personagens (cf. comunicação de M. C. O. Guimarães e a estimulante análise de J. D. R. P. G. Loureiro sobre a figura de Antígona da peça homónima de Sófocles), apresenta reflexões complementares (cf. a de Besse e a de Mário Garcia SJ, se possível lidas à luz da ordem da criação do cosmos e das divindades que aparece na *Teogonia* hesiódica) e, pela grande quantidade e variedade de comunicações apresentadas, proporciona ao leitor a possibilidade de trilhar os percursos de leitura e reflexão que preferir.